



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS

REQUERIMENTO Nº , DE 2012 (Da Sra. Deputada Erika Kokay)

Requer a realização de diligência em caráter emergencial, no âmbito desta Comissão, para averiguar as denúncias de tortura e maus-tratos a internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Aracruz (ES), encaminhadas ao Tribunal de Justiça do estado (TJ-ES) no último dia 17 de fevereiro.

Senhora Presidenta,

Com amparo no art. 255 do Regimento Interno desta Casa, venho requerer a realização de diligência em caráter emergencial, no âmbito desta Comissão, com o objetivo de averiguar as denúncias de tortura e maus-tratos a internos do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Aracruz, no Norte do estado do Espírito Santo, encaminhadas ao Tribunal de Justiça do estado (TJ-ES) no último dia 17 de fevereiro.

Para tal diligência, sugerimos a participação de representantes da Comissão de Direitos Humanos do Espírito Santo; Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; Ministério Público do Espírito Santo; Secretaria de Estado de Justiça (Sejus); e Promotoria de Aracruz.

Justificação

Em vídeos gravados por um agente penitenciário do Centro de Detenção Provisória (CDP) de Aracruz, no Norte do Espírito Santo, nas datas prováveis de 8 e 16 de dezembro de 2011 e 22 de janeiro de 2012, vários detentos nus são dispostos em filas sendo obrigados por funcionários a fazerem exercícios físicos, além de serem intimidados durante as ações com xingamentos e palavras de ordem, como "Vocês vão ficar aí até atingirem a perfeição desse procedimento", numa prática evidente de tortura psicológica realizada na unidade prisional.

Encaminhados ao Tribunal de Justiça do Espírito Santo (TJ-ES) em 17 de fevereiro e divulgados nessa quinta-feira (23) durante o noticiário Jornal Nacional da Rede Globo, os vídeos são gravíssimos e trazem cenas de mais de 40 minutos de tortura psicológica e de exposição degradante dos internos a situações vexatórias e humilhantes.

Uma vez que se trata de um crime que atenta claramente contra os direitos e a dignidade humana, e por sua gravidade, faz-se necessário que seja investigado a fundo para que sejam penalizados criminalmente todos responsáveis por tais violações.

Em face do exposto, e diante da relevância do tema, formulo o presente Requerimento, esperando contar com o apoio para a sua aprovação.

Sala das Sessões,

de 2012.

**Deputada Erika Kokay
(PT-DF)**